



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **8 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 22 de novembro de 2012

O ESTADO DE SÃO PAULO Dilma quer acordo para MP do setor elétrico 1 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Brasil pode ter 60 projetos da China 2 VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Créditos de PIS-Cofins nos balanços de exportadoras crescem 34% neste ano 3 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO TCU: dinheiro para BNDES fere a lei fiscal 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Dólar vai a R\$ 2,10, maior valor em mais de 3 anos 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	
ZERO HORA Informe Econômico :: Maria Isabel Hammes 8 VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL DA AMAZÔNIA Produtos seguram 20% do faturamento do Polo Industrial de Manaus 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP BNDES da América do Sul nasce em março com capital de US\$ 7 bi 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma quer acordo para MP do setor elétrico		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A presidente Dilma Rousseff costura acordo com lideranças do Congresso para garantir a aprovação da MP que fixa regras para a renovação das concessões do setor elétrico. Ela deixou claro que tem pressa na aprovação da medida.

Dilma parte para briga no Congresso pela MP da energia

Presidente está convencida de que a oferta para renovação das concessões é "pegar ou largar", apesar da resistência do mercado

TÂNIA MONTEIRO / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

A presidente Dilma Rousseff começou a costurar com lideranças do Congresso um acordo para garantir a aprovação da medida provisória que fixa as regras para a renovação das concessões do setor elétrico.

Preocupada em garantir que não haja nenhuma alteração substancial no texto da MP 579, a presidente se reuniu ontem pela manhã, no Palácio do Planalto, com o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e com o relator da MP, senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

Mesmo com uma presença maciça de aliados na comissão mista especial criada para analisar a medida no Congresso, a presidente Dilma, com o convite aos senadores, deu uma demonstração de que está acompanhando de perto a tramitação da proposta e pretende contar com todo o apoio das lideranças do Congresso para manter intacto o texto da medida.

Na conversa, a presidente reiterou a pressa em aprovar a MP e deixou claro, mais uma vez, que o governo não vai se intimidar com as pressões do setor elétrico. O Planalto quer votar o texto como ele foi enviado ao Congresso, sem alterações, sem atender em nada as empresas. Dilma tentou repassar aos parlamentares a ideia de que é preciso resistir às pressões das elétricas.

Recado semelhante já havia sido repassado pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, na semana passada, e repetido pelos representantes do Ministério das Minas e Energia. A presidente Dilma já avisou que não vai ceder às

pressões das empresas que estão contra as normas de renovação das concessões do setor.

"Pegar ou largar". Nem mesmo as constantes afirmações de analistas do mercado financeiro de que as empresas do setor estão tendo grandes perdas e estão se descapitalizando preocupam a presidente Dilma. Ela está convencida de que está fazendo o certo e que para as empresas concessionárias é "pegar ou largar".

Auxiliares da presidente Dilma lembram que as empresas do setor, acostumadas às renovações automáticas, não acreditavam que o Planalto fosse mudar o sistema e peitá-las, mesmo depois de inúmeros avisos, desde o início do mandato. "O governo avisou que as concessões não eram mais automáticas e eles não acreditaram", comentou um interlocutor da presidente, ao avisar que a disposição do Planalto é "pagar pra ver".

Esse interlocutor de Dilma informou ainda que "o governo não raciocina com a hipótese de aumentar o valor das indenizações nem no valor das tarifas".

Para o Planalto, esse tema não é como o Código Florestal, que com um decreto o governo pode resolver o problema. É um tema delicado, importante, mas não vai aceitar as pressões das empresas. Se as concessionárias não quiserem renovar seus contratos, elas terão de devolver as concessões e explicar para a população e para o Congresso por que querem manter tarifas altas de energia.

Um dos motivos da pressa do governo com a votação é que o Planalto não quer descumprir a promessa feita antes das eleições municipais de reduzir as contas de luz da população e das empresas em 20%, em média, a partir do início do próximo ano.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Brasil pode ter 60 projetos da China		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Pesquisa do Conselho Empresarial Brasil-China mostra que valor anunciado chega a US\$ 68,4 bi

FERNANDA GUIMARÃES, FRANCISCO CARLOS DE ASSIS - O Estado de S.Paulo

Pesquisa divulgada ontem pelo Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) mostra que há hoje no País 60 projetos anunciados por empresas chinesas, com um valor total de US\$ 68,4 bilhões. Desses, 39 já foram confirmados e significarão investimentos de US\$ 24,4 bilhões. O economista e consultor do CEBC Cláudio Frischtak destacou que, ao todo, 44 companhias chinesas anunciaram aportes no País.

Frischtak destacou que uma mudança recente são os novos interesses da China no Brasil, que eram, até 2010, apenas em recursos naturais. Hoje, a procura por recursos continua, mas as companhias também estão interessadas no **mercado** brasileiro e em ativos estratégicos.

O estudo indica que o fluxo comercial entre **Brasil** e China deverá fechar 2012 em US\$ 78 bilhões, ante US\$ 77 bilhões em 2011. De acordo com Frischtak, esse montante significa que haverá uma aceleração do fluxo comercial entre os dois países no último bimestre do ano para compensar os números mais baixos nos dez primeiros meses. A China é o maior parceiro comercial do Brasil.

Setor elétrico. As empresas chinesas que investem no setor de energia elétrica no **Brasil** deverão refazer seus cálculos econômicos e financeiros para mensurar a viabilidade dos negócios após a edição da Medida Provisória (MP) n.º 579, que trata da prorrogação dos contratos de energia elétrica a uma receita menor. A afirmação foi feita pelo embaixador da China no Brasil, Li Jinzhang, após ter participado da abertura da 4.ª Conferência Internacional do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), ontem, em São Paulo.

O embaixador fez questão de salientar que o governo chinês apoia os investimentos de suas empresas fora da China, mas que são, em última instância, as empresas que operam e decidem. O embaixador evitou a polêmica ao ser questionado sobre o que pensa das "mudanças de regras". Questionado se essas alterações não assustavam as empresas de seu país, o embaixador disse que "qualquer investidor gosta de um ambiente estável e transparente, mas eu acho que o governo brasileiro está caminhando nesta direção."

A principal chinesa em atuação no setor é a State Grid, que chegou ao **Brasil** em 2010, quando comprou ativos da Plena Transmissora por cerca de R\$ 3 bilhões. Em maio deste ano, adquiriu sete ativos de transmissão no País da espanhola ACS, por cerca de R\$ 2 bilhões.

Além disso, a empresa participou de leilões de linhas de transmissão e venceu, em dezembro do ano passado, um lote para construção de duas subestações em consórcio com a estatal Furnas, do grupo Eletrobras. Em março deste ano, em parceria com a Copel, venceu mais dois lotes de transmissão, correspondentes a ativos que farão a interconexão das hidrelétricas do Rio Teles Pires. Agora empresa estaria estudando novas parceiras para a disputa dos próximos leilões, em especial daqueles que ofertarão os sistemas de conexão da usina de Belo Monte.

Além da State Grid, a China Three Gorges possui, indiretamente, ativos no País, uma vez que, com a compra de fatia da EDP Portugal, consumada no início deste ano, passou a detém pouco mais de 10% de participação indireta na EDP Energias do Brasil.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Créditos de PIS-Cofins nos balanços de <u>exportadoras</u> crescem 34% neste ano		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Marta Watanabe | De São Paulo

Das 15 maiores exportadoras de capital aberto do país, sete - Petrobras, Braskem, JBS, BRF, Minerva, Marfrig e Weg - tiveram elevação dos créditos a recuperar do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) no decorrer deste ano. Juntas, elas mantinham, nos balanços encerrados em setembro, um total de R\$ 8,4 bilhões em créditos a recuperar com as duas contribuições. O valor é 34% maior que o crédito a recuperar de PIS e Cofins que as empresas contabilizavam nas demonstrações de 31 de dezembro do ano passado. Isso significa que no decorrer dos nove primeiros meses do ano as empresas tiveram mais créditos de PIS e Cofins do que débitos de tributos federais compensáveis. Parte desse valores pode se transformar em créditos acumulados de PIS e Cofins.

O levantamento levou em consideração os dados consolidados e, quando informados, foram retirados os valores a recuperar de PIS e Cofins relacionados a ativo imobilizado e a outras legislações anteriores ao cálculo não cumulativo das contribuições.

O crédito de PIS e Cofins é considerado acumulado quando não é usado para pagar tributos federais no mês em que se originou e fica total de três meses sem compensação, explica Leonardo de Almeida, da Athros Auditoria e Consultoria. Depois desse prazo, a empresa pede o ressarcimento dos valores para a Receita Federal. A devolução mais rápida do crédito acumulado de PIS e Cofins é um pleito antigo das empresas e voltou à tona com a reforma que o **Governo Federal** promete fazer nas duas contribuições.

Dentre as empresas que tiveram elevação de PIS e Cofins a recuperar, duas - BRF e Marfrig - possuem provisões para possíveis perdas com os créditos acumulados de PIS e Cofins. A BRF registra na demonstração consolidada encerrada em setembro R\$ 10,2 milhões em provisão para perdas com créditos das duas contribuições.

A Marfrig informa que o saldo total de provisão para impostos a recuperar em 30 de setembro era de R\$ 556,1

milhões no balanço consolidado. Segundo a companhia, o saldo é composto principalmente de créditos de PIS e Cofins.

Pedro César da Silva, sócio da Athros ASPR, diz que as empresas fazem provisões quando os créditos de PIS e Cofins estão em discussão ou quando a expectativa de ressarcimentos é de longo prazo. A empresa, diz, pode fazer isso por conservadorismo. "O crédito não é atualizado monetariamente e, caso demore muito para ser restituído, acontece uma perda no cálculo a valor presente."

Everardo Maciel, ex-secretário da Receita Federal, considera o crédito acumulado de PIS e Cofins um dos problemas mais sérios a serem resolvidos dentro do atual sistema tributário. Ele vê com restrições as mudanças que o **Governo Federal** divulgou até agora para o PIS e a Cofins e acredita que é preciso estudar solução específica para a dificuldade das empresas em compensar esses créditos. Para Maciel, o que trava os ressarcimentos é a necessidade de a Receita checar cada operação que deu origem aos créditos.

O frigorífico Minerva não menciona provisões, mas classifica parte dos créditos a recuperar de PIS e Cofins no ativo não circulante, o que significa que a expectativa da empresa em relação a esses valores é de recuperação em período maior que um ano. Segundo a companhia, os créditos se originaram em razão do cálculo não cumulativo de PIS e Cofins aplicado a partir de 2002 e 2003, respectivamente. A empresa acaba acumulando créditos de PIS e Cofins pagos nas aquisições insumos de produtos destinados ao exterior.

A companhia informa no balanço que aguarda o término da fiscalização da Receita sobre os pedidos de ressarcimento dos créditos feitos pelas controladas e a expectativa da empresa é que haja restituição significativa em 2012 e 2013. No consolidado, a empresa classifica R\$ 61,1 milhões em créditos de PIS e Cofins no não circulante, de acordo com demonstração de 30 de setembro. Nessa data, o total de créditos a recuperar com as duas contribuições que a empresa registrava era de R\$ 363 milhões.

Para as exportadoras, os créditos tendem a ser significativos. A Fibria, da área de celulose, teve redução no valor total de créditos de PIS e Cofins a recuperar registrados em 30 de setembro, na comparação com os créditos de 31 de

dezembro. O saldo a recuperar das duas contribuições era de R\$ 669,8 milhões, e em fim de setembro era de R\$ 520 milhões. O saldo consolidado do total de tributos a recuperar teve queda de 13,4%. A redução de saldo, informa a empresa, deve-se, principalmente, ao recebimento do ressarcimento de parte dos créditos de PIS e Cofins por uma das subsidiárias da companhia. O pedido administrativo à Receita Federal de ressarcimento havia sido feito em 2010.

Pelo menos três empresas - JBS, Minerva e Marfrig - declaram expressamente nos balanços que os créditos são originados de insumos comprados para a **produção** de bens **exportados**. Como as vendas ao exterior são livres de tributação, as **exportadoras** tendem a acumular créditos das duas contribuições. O crédito pode ser compensado com

tributos recolhidos pela Receita Federal, com exceção da contribuição previdenciária.

Para Maciel, essa é uma das regras que poderiam ser alteradas para ajudar as empresas a utilizar efetivamente os créditos de PIS e Cofins. "Se for permitida a compensação com contribuições previdenciárias, a situação pode se resolver para boa parte das empresas."

Outra medida sugerida pelo ex-secretário, e atual sócio da Logus Consultoria, é permitir a atualização monetária dos valores de ressarcimento do PIS e da Cofins, de forma semelhante à correção das restituições de Imposto de Renda da pessoa física.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA
	TÍTULO TCU: dinheiro para <u>BNDES</u> fere a lei fiscal	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

TCU mira aporte ao BNDES

Tribunal diz que aumento de repasses do Tesouro fere a Lei de Responsabilidade Fiscal

Vinicius Sassine

BRASÍLIA e RIO Em decisão aprovada no último dia 14, o Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu que o aumento de aportes do Tesouro Nacional para o BNDES, com o objetivo de financiar obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), fere a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O Tesouro repassa recursos ao BNDES - as chamadas subvenções econômicas -, mas não apresenta os cálculos dos subsídios embutidos nos repasses nem adota medidas de compensação para garantir o equilíbrio fiscal, o que representa "severa afronta ao objetivo principal da LRF", diz o relatório aprovado pelo plenário do Tribunal.

Esses subsídios são a diferença entre a remuneração dos títulos públicos e a taxa de juros cobrada pelo BNDES nos empréstimos. O próprio TCU fez um cálculo dos benefícios previstos para o período de 2011 a 2015, chegando ao valor de R\$ 72 bilhões, uma média anual de R\$ 14,4 bilhões.

Diante do aumento das transferências ao BNDES, a Secretaria do Tesouro terá de detalhar, em 60 dias, que medidas de compensação serão adotadas para cumprir o previsto no artigo 17 da LRF (aumento das receitas ou corte de despesas para assegurar o equilíbrio fiscal). No mesmo prazo, o Tesouro terá de informar o impacto desses repasses na dívida pública da União. Por último, a Secretaria do PAC, ligada ao Ministério do Planejamento, terá de encaminhar aos bancos oficiais a lista de obras contempladas com subsídios.

O tribunal determinou ainda que as secretarias de Política Econômica (SPE) e do Tesouro, da Fazenda, passem a encaminhar à Controladoria-Geral da União (CGU) o total dos subsídios financeiros decorrentes dessas operações. O objetivo é fazer com que esses benefícios passem a constar da prestação de contas da presidente da República. O mesmo deve ser feito com as subvenções, voltadas para gastos com investimentos. A SPE terá ainda de revisar portarias da

Fazenda, em 90 dias, para "eliminar inconsistências" no cálculo dos subsídios financeiros.

Como se trata de despesas obrigatórias, que ultrapassam dois anos de previsão orçamentária, a LRF prevê que a União adote medidas de compensação: ou aumenta a receita ou diminui despesas para garantir o equilíbrio das contas públicas. Por duas vezes, a auditoria do TCU cobrou do Ministério da Fazenda as medidas adotadas para o cumprimento da LRF. Não houve resposta. O TCU também não recebeu da pasta o cálculo do tamanho dos subsídios nas transferências do Tesouro ao BNDES, principalmente com foco nos projetos do PAC.

Lucro do BNDES cai no 3º trimestre

"É imprescindível um esforço considerável de transparência, tanto por parte do Governo Federal quanto pelos órgãos de fiscalização da administração pública, com foco na apuração criteriosa desses subsídios, não somente para fins de divulgação à sociedade, mas também com vistas a respaldar as decisões do governo e do Congresso Nacional sobre a destinação desse benefício", afirma o ministro Aroldo Cedraz, relator do processo, no acórdão aprovado pelo plenário do TCU.

- É importante determinar a transparência do custo desse subsídio. Os empréstimos a bancos públicos chegarão a R\$ 400 bilhões até o fim do ano, e o governo não mostra para o Congresso e para a sociedade o custo dos subsídios. Isso deveria ser informado todo mês - afirmou o economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Mansueto Almeida.

O total de aportes do Tesouro ao BNDES foi de R\$ 265 bilhões desde 2009, segundo dados da Secretaria. A estimativa do banco é desembolsar neste ano entre R\$ 145 bilhões e R\$ 150 bilhões em empréstimos ao setor produtivo e estados, com a ajuda do Tesouro.

Procurado pelo GLOBO, o Ministério da Fazenda informou que a Secretaria do Tesouro não se manifestaria sobre a decisão do TCU. Já o Planejamento disse que a Secretaria do PAC encaminhou aos bancos públicos a lista de todas as obras do PAC entre dezembro de 2011 e janeiro deste ano. O órgão disse que cumprirá o prazo do TCU, que é

de encaminhamento das informações até 15 de janeiro de cada ano.

O lucro do **BNDES** foi de R\$ 2,043 bilhões no terceiro trimestre, 21% abaixo do registrado no mesmo período de 2011 (R\$ 2,587 bilhões). Em uma divulgação exclusiva na internet e sem publicidade, o banco informou ainda que, no ano, a queda no lucro é ainda maior: R\$ 4,785 bilhões nos nove primeiros meses, 39,2% a menos que no mesmo período de 2011 (R\$ 7,866 bilhões).

Pelo documento do **BNDES**, que não se pronunciou sobre o resultado, a queda do lucro no trimestre se deveu à designação de R\$ 230 milhões em provisões para risco de crédito e ao aumento de "outras despesas líquidas", no total de R\$ 780 milhões, por causa da atualização monetária de dividendos complementares pagos à União sobre os ganhos de 2010 e 2011. Muitos analistas criticam essa manobra: o **BNDES** paga mais dividendos à União, contabilizados no resultado do governo, e depois recebe aportes do Tesouro, que não afetam as contas do governo.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Dólar vai a R\$ 2,10, maior valor em mais de 3 anos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Mercado vê alerta em alterações técnicas de regras de leilões do BC e moeda fecha com alta menor, a R\$ 2,097

Bruno Villas Bôas

O **dólar** comercial escalou ontem para seu maior preço em três anos e meio, refletindo a crise no **mercado** externo e a disposição do governo brasileiro de ver o câmbio mais valorizado para ajudar a indústria do país. A moeda chegou a ser negociada a R\$ 2,10 por volta das 11h, antes de fechar o pregão a R\$ 2,097, numa alta de 0,67%. É o maior preço da divisa desde maio de 2009.

- Essa alta só não foi maior porque o BC divulgou uma carta circular com alterações técnicas sobre a realização de leilões, o que foi entendido com uma forma sutil de dizer que poderia atuar contra a valorização - disse Sidnei Nehme, da NGO Corretora.

Segundo operadores, a escalada da moeda, que começou na semana passada, foi intensificada por uma declaração da presidente Dilma Rousseff ao jornal "Valor Econômico". A presidente afirmou que o governo "está em

busca de um câmbio que não seja esse", com o "**dólar** desvalorizado".

- Como o **mercado** está bem instável e já especulava essa vontade do governo de deixar o **dólar** subir mais, a fala da presidente provocou um ruído mais forte - explicou o economista Alfredo Barbutti, da BGC Liquidez.

Para Felipe Pellegrini, da Confidence Câmbio, a alta do câmbio também foi intensificada porque o **mercado** ficou fechado na terça-feira, com o feriado da Consciência Negra.

Segundo analistas, o **dólar** tende a ser negociado agora entre R\$ 2,05 e R\$ 2,10. Essa seria a nova faixa para a moeda, que oscilou de R\$ 2 a R\$ 2,05 nos últimos meses. Mas há quem veja o **dólar** a R\$ 2,14 nas próximas semanas, como a gestora japonesa Nomura.

No ano, a moeda americana acumula agora uma valorização de 12,19% frente ao real, a maior entre 16 principais moedas do mundo acompanhadas pela Bloomberg News, acima do rand sul-africano (9,76%) e do iene (6,72%).

	VEÍCULO ZERO HORA	EDITORIA	
	TÍTULO Informe Econômico :: Maria Isabel Hammes		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Prioridade a conteúdo nacional

É intensa a negociação entre o governo do Estado, via Badesul, e a Mahindra, indústria indiana que implantará fábrica de tratores em Dois Irmãos. Investimento de R\$ 100 milhões, a construção deve começar no próximo ano, tanto que várias das licenças já estão sendo encaminhadas para tornar mais ágil o processo.

Depois de produzidos pela unidade gaúcha, os equipamentos ainda serão homologados na Índia, já que muitos fornecedores participarão do projeto pela primeira vez. A intenção é ter conteúdo local grande no produto, conta Marcelo Lopes (foto), presidente do Badesul, até porque, para

ter acesso a linhas do **BNDES** via Finame, é obrigatória a presença de 60% de componentes nacionais no equipamento fabricado no Brasil.

Hoje, a operação brasileira – unidade na **Zona Franca** de **Manaus** – é controlada pelo grupo chileno M Invest, que já deixou clara sua posição de avançar no **mercado** brasileiro. Há até possibilidade de ampliar a linha de produtos no Brasil, passando para carros na segunda fase, por exemplo.

– O grupo está otimista com o suporte que vem recebendo do governo e com possibilidades do Estado, mais próximo geograficamente do Chile e com polo metalmeccânico desenvolvido – diz Lopes.

	VEÍCULO PORTAL DA AMAZÔNIA	EDITORIA	
	TÍTULO Produtos seguram 20% do faturamento do Polo Industrial de <u>Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Até setembro deste ano, videogames, aparelhos de som, televisores LCD, notebooks e bicicletas, responderam pelo faturamento de US\$ 5,53 bilhões.

Videogames, aparelhos de som, televisores LCD, notebooks e bicicletas. Esses foram os cinco produtos que, mesmo em crise, registraram incremento no número de unidades fabricadas no **PIM**. Foto: Divulgação

MANAUS – Videogames, aparelhos de som, televisores LCD, notebooks e bicicletas. Esses foram os cinco produtos que, mesmo em crise, registraram incremento no número de unidades fabricadas e ajudaram a ‘segurar’ o faturamento do Polo Industrial de **Manaus (PIM)**.

De acordo com os indicadores da **Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)**, até setembro deste ano (dados mais recentes da autarquia), só esses itens responderam pelo faturamento de US\$ 5,53 bilhões, cerca de 20% do total faturado em todo o parque industrial entre janeiro e setembro deste ano (US\$ 27,75 bilhões).

O maior aumento percentual até agora, veio da fabricação de videogames (telejogos) com 489,64 mil unidades, 146,15% a mais frente ao mesmo período do ano anterior.

Em seguida apareceram os aparelhos de som com 1,02 milhão de unidades fabricadas (+20,77%). Os televisores de LCD com 9,11 milhões de unidades registraram crescimento de 19,85% sobre o acumulado de janeiro a setembro de 2011 e o maior faturamento entre os cinco produtos (US\$ 4,7 bilhões).

Também foram produzidos 738,32 mil notebooks (+116,05%) e 679,40 mil bicicletas (elétricas e convencionais), aumento de 14,17% sobre intervalo de 2011.

“Devido a crise econômica deste ano tanto no **Brasil** quanto no exterior, os consumidores optaram por adquirir bens de menor valor agregado e que não necessitam de financiamento bancário”, argumentou o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do **Amazonas (Fieam)**, Nelson Azedo.

Segundo a análise do dirigente, esse comportamento foi o responsável pela redução da **produção** de motocicletas e ciclomotores e em contrapartida, pelo avanço de produtos com apelo para o entretenimento, como a TV e o videogame e para a saúde, como as bicicletas.

Produtos que começaram a ser fabricados este ano no **PIM** como tablets e DVDs BluRay também incrementaram a **produção** do polo com 38, 54 mil unidades no primeiro caso e 179,87 mil unidades no segundo.

“Não acreditamos em repetir os resultados de **produção** e faturamento de 2011, mas, ao menos, o incremento em alguns setores e itens devem nos permitir um resultado ainda favorável embora bem abaixo do ano passado”, avaliou.

Retração

Em contraste com os cinco itens que anotaram avanço, outros 22 foram fabricados em menor escala este ano. A principal retração, em razão da dificuldade de acesso ao crédito, foi verificada na **produção** de motocicletas, que com 1,30 milhão de unidades, registrou queda de quase 18% frente ao acumulado entre janeiro e setembro do ano passado.

Fabricantes de outros produtos igualmente significativos também diminuíram o ritmo. O condicionador de ar do tipo split registrou queda de 12,55%, o forno de micro-ondas anotou a retração de 5,96%, enquanto a **produção** de **monitores** para computador do tipo LCD caiu quase pela metade (-45,06%).

A fabricação de TVs de plasma, aparelhos celulares e câmeras digitais apresentaram retrações menos significativas, representando certa estabilidade frente ao ano anterior.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO BNDES da América do Sul nasce em março com capital de US\$ 7 bi		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Com sede em Caracas, o Banco do Sul terá participação dos países do Mercosul e também da Bolívia e do Equador. O objetivo é financiar projetos de integração da cadeia produtiva regional. A adesão do Brasil aguarda aprovação do Congresso

Banco da América do Sul nasce em março com US\$ 7 bilhões

A instituição terá sede em Caracas, capital venezuelana, e financiará projetos de desenvolvimento regional

Simone Cavalcanti

Sete anos após lançada a ideia, o Banco do Sul começa a se concretizar no ano que vem. Segundo o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Carlos Cozendey, os ministros de finanças de Argentina, Brasil, Bolívia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela vão se reunir, em março, para definir a diretoria e os procedimentos de abertura da conta para o aporte de recursos dos sócios. "A instituição estará pronta para fazer o primeiro empréstimos no final de 2013 ou, no mais tardar, no início de 2014", afirmou ao Brasil Econômico. A instituição de fomento, que terá sede em Caracas, capital venezuelana, e subsidiária em Buenos Aires, capital argentina, contará com capital inicial de US\$ 7 bilhões. Desse total, uma parte será em dinheiro e outra em garantias repassadas pelos sócios.

Esse volume poderá chegar, ao longo do tempo, a US\$ 20 bilhões, multiplicando sua capacidade para fazer frente à demanda de financiamento da região. Para a sua formação, os governos brasileiro, argentino e venezuelano vão contribuir com US\$ 2 bilhões cada, mas apenas US\$ 400 milhões serão integralizados. Os aportes em dinheiro serão feitos em cinco tranches anuais de US\$ 80 milhões. O banco também poderá ir a mercado e ofertar papéis em busca de mais recursos para

sua carteira. "Por isso mesmo terá uma gestão profissional que possa proporcionar um rating adequado", diz. Nos primeiros anos, explicou, como contribuição virá aos poucos, os primeiros empréstimos deverão ser feitos de forma equitativa entre os países-membros, com limites proporcionais à participação financeira. Assim, o Brasil, por exemplo, poderia pegar até quatro vezes sua participação integral, ou seja, US\$ 8 bilhões.

O Banco do Sul deverá financiar projetos para o desenvolvimento de diversas políticas regionais. Já está certo que uma parcela da carteira, de 25%, estará restrita a projetos de integração. Inicialmente, a exemplo do fazem hoje o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), os recursos serão destinados aos governos, não às empresas, pela facilidade de avaliação para a concessão do crédito. No médio prazo, garante o secretário, a ideia é viabilizar programas de integração produtiva na região, aí, sim, com recursos ofertados aos empresários interessados em desenvolver projetos conjuntos, unir cadeias de produção ou fazer joint ventures.

"Isso já vem sendo discutido no Mercosul há alguns anos, mas existe dificuldade de avançar porque o empresário não conta com empréstimos específicos que possam incentivá-lo", afirmou Cozendey, lembrando que, neste caso, o Banco do Sul poderá atuar de forma complementar com bancos de desenvolvimento nacionais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (**BNDES**). Hoje, por exemplo, a instituição brasileira não pode apoiar a empresa de outro país que seja a contraparte de uma brasileira. "As necessidades de financiamento da região são muito amplas. Esse é um instrumento a mais para financiamento de desenvolvimento produtivo. Pode atuar junto com outras instituições repartindo riscos e tentar encontrar nichos de atuação que não estejam sendo cobertos pelas outras instituições."